

CONTRATO CEDAE N.º 076/2019 (DRI)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e Diretor da Região do Interior, Sr. CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, doravante denominada **CEDAE**, e a **NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.**, sediada na Avenida Civit, nº 497, Bairro Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-045, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.845.190/0001-36, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. MARCELO GOMES DE BARROS, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1.040.945 (SSP/MG), inscrito no CPF sob nº 008.058.167-63, residente e domiciliado na Avenida Hugo Musso, nº 2.042, apto 1301, Bairro Itapuã, Vila Velha/ES, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.700/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 609/2019** que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **"aquisição de 9 (nove) reservatórios em polietileno com capacidade de 15.000 litros para armazenamento de sulfato de alumínio líquido"**, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo II do edital, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de prazo formalizada por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;

d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- J) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento integral, pelo preço de **R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais)**, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade (unidades)	Preço Unitário	Preço Total
01	09	R\$ 8.600,00	R\$ 77.400,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Orçamentária: 143110011
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 44.90.52.21
Centro de Custos: DI01000000, DI01000000 e DI06000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000625

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O pagamento à **CONTRATADA** será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme Cronograma Financeiro inserido à fls 600 no processo administrativo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRANCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor do fornecimento será irrevogável durante toda vigência deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA GARANTIA

Não será exigida garantia de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da CEDAE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;

- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.



PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.

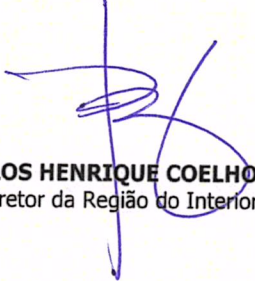
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 11 de Junho de 2019.

Pela **CEDAE**:

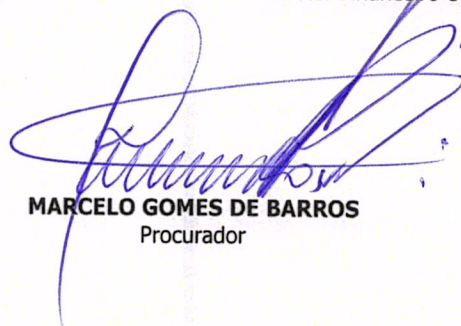


CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ
Diretor da Região do Interior



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



MARCELO GOMES DE BARROS
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref.Contr-NOVAFORMA-aquisição-de-reservatorios-polietilieno-PE-609-2019-VBO

NOMEAR WALDEMIR D'ÁVILA PEIXOTO, ID Funcional nº 568905-8, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Assessoria de Editoriais e Convênios, da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/731/2019.

NOMEAR PHELIPPE QUINTANILHA RAMOS, ID Funcional nº 5089114-6, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/726/2019.

NOMEAR RAQUEL VITAL DE BIASE, ID Funcional nº 5011642-8, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/728/2019.

NOMEAR VIVIAN MAIA MENDES, ID Funcional nº 5099663-0, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/726/2019.

NOMEAR ANA CRISTINA CUNHA DA SILVA, ID Funcional nº 50427501-3, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/727/2019.

NOMEAR ELAINE DE PAULA SOUZA COSTA, ID Funcional nº 5065980-3, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/727/2019.

NOMEAR JAIRO FELIPE TOSTES NEGRELOS, ID Funcional nº 5092419-2, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/727/2019.

NOMEAR LAURA REGINA COUTINHO GHELMAN, ID Funcional nº 5052150-8, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/727/2019.

NOMEAR CASSIO JOSE GOMES DE ORNELAS, para exercer, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Assessoria de Projetos, da Subsecretaria de Projetos e Inovação, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga decorrente da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.653, de 10/05/2019. Processo nº E-18/007/704/2019.

NOMEAR MYLENE DEMARCO DA SILVA, ID Funcional nº 4329636-0, para exercer, com validade a contar de 15 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Rosângela Cristina da Silva Costa, ID Funcional nº 5533708. Processo nº SEI-31/003/00043/2019.

NOMEAR HILMA MARTINS MANHÃES para exercer, com validade a contar de 01 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIARJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Claudia Isabela dos Santos Ferreira, ID Funcional nº 50982635. Processo nº E-31/005/258/2019.

DE 27 DE MAIO DE 2019

“O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007.

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 13 de maio de 2019, **CRISTIANO COSTA VIEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5058739-9 do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Tecnologia da Informação, da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/722/2019.

“Omitido no D.O. de 28/05/2019.

Id: 2184535

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 24.05.2019

PROC. Nº E-08/600539/2009 - HOMOLOGO a decisão do Conselho Pleno do CRASE/RJ, traduzida no Acórdão nº 2.564/2017, que, à unanimidade, negou provimento ao Recurso de Ofício nº 3.470/2015, de interesse de HILTON DE ASSIS ALBANO, nos termos do voto da Conselheira Relatora Thaís de Andrade Ribeiro, assim ementado:

EMENTA: ACUMULAÇÃO DE CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ENGENHEIRO SANITARISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE ITABORAÍ E SANITARISTA/EPIDEMIOLOGISTA DA SES/RJ. PREVISÃO NO ART.37, XVI, ALÍNEA “G”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ATRIBUIÇÕES EQUIVALENTES ÀS PREVISTAS EM LEI ESTADUAL PARA O CARGO DE SANITARISTA. HIPÓTESE ALCANÇADA PELA RESOLUÇÃO Nº 109 DA SEPLAG. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO POR UNANIMIDADE.

Id: 2184022

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MAIO DE 2019

PROCESSO Nº EXT-SEI-32/001/1775/2019 - AUTORIZO a disposição do Cabo PM BRUNO ANDRADE MARTINS, RG nº 90114, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Controladoria Geral do Estado.

PROCESSO Nº E-12/207/958/2019 - TORNO SEM EFEITO o autorizo publicado no Diário Oficial de 27 de maio de 2019, página 4.2ª coluna.

Id: 2184517

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª CÂMARA*ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 20 DE OUTUBRO DE 2017

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, sexta-feira, às 13:00hs. (treze horas), no recinto do plenário, reuniu-se a 1ª Câmara do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência do Doutor **EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA**, com a presença dos Conselheiros **RENATA FERREIRA DA MOTA**, **FERNANDA SALLES DE SOUSA**, **CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO**, **ROGERIO BARCELOS ALVES** e do Suplente **MARCELO DE OLIVEIRA GOMES**. O Senhor Presidente passou à **ORDEM DO DIA**: Colocando em pauta, o julgamento do Recurso nº 3.064/2013 (OBJETO: Acumulação de Cargos), de interesse de **JOSENEY OAZEM ESTEVES** - processo E-08/602735/2006, atuando como Relator e Revisor, respectivamente, os Conselheiros Marcelo de Oliveira Gomes e Fernanda Salles de Sousa. Ausente o Recorrente. Foi dada a palavra ao Relator para a leitura do relatório e voto que foi no sentido de conhecer do recurso e dar provimento entendendo ter ocorrido decadência e perda do objeto, sendo acompanhado pela Conselheira Revisora e pelos demais Conselheiros apenas no sentido da perda do objeto. Assim, a Presidência proclamou o resultado do julgamento: **ACORDAM** os membros da 1ª Câmara, por unanimidade, em acolher a preliminar de perda de objeto do recurso. Logo após, foi colocado em julgamento o Recurso nº 3.426/2015 (OBJETO: Acumulação de Cargos), de interesse de **CELBY RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS** (Advogado - Dr. Arthur Carlos da Silva - OAB/RJ 71.499) - processo nº E-01/0312631/2014, tendo como Relator e Revisor, respectivamente, os Conselheiros Marcelo de Oliveira Gomes e Fernanda Salles de Sousa. Ao verificar o processo a Presidência constatou a ausência de notificação do Advogado da Recorrente tendo sido o recurso retirado de pauta sine die. Finalizando, passou-se ao julgamento do Recurso nº 3.273/2014 (OBJETO: Incorporação da gratificação RET), de interesse de **MARIA LUCIA DE SOUZA SANTOS** - processo nº E-01/132056/2011, tendo como Relator e Revisor, respectivamente, as Conselheiras Fernanda Salles de Sousa e Renata Ferreira da Mota. Ausente a Recorrente. Foi dada a palavra à Relatora para leitura do relatório e voto que foi no sentido de conhecer do recurso e negar provimento tendo sido acompanhada pela Revisora e pelos demais Conselheiros. Assim, a Presidência proclamou o resultado do julgamento. **ACORDAM** os membros da 1ª Câmara, por unanimidade, negar provimento ao recurso. **NADA MAIS** havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 13:30 (treze horas e trinta minutos). Para constar, eu, **SEBASTIÃO ARAUJO DA COSTA**, Secretário da 1ª Câmara do CRASE/RJ, lavrei a presente ATA que será submetida à aprovação, nos termos do § 1º do art. 68 do Regimento Interno e assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA
Presidente**SEBASTIÃO ARAUJO DA COSTA**

*República por incorreções no original publicada no D.O. de 01.03.2018.

Id: 2184178

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHOS DO DIRETOR
27/05/2019

PROC. Nº E-12/078/2643/2014 - CARLOS ROBERTO GONÇALVES VIANA FILHO, Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.715-9 - **CONCEDO** 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 01/02/2014 a 30/01/2019.

Processo Administrativo nº	Instrumento nº	Parte
E-04/168/386/2017	002/2017	Claro S.A.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019

MARCIA CRISTIANE DE ANDRADE
Presidente

Id: 2184367

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8579 DE 23 DE MAIO 2019

**PRORROGA O PRAZO QUE MENCIONA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ, no uso da de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam prorrogados, por 30 (trinta) dias, os prazos para a conclusão dos trabalhos das Comissões designadas pelas Portarias CEPERJ/PR nº 8567/2019, CEPERJ/PR nº 8568/2019 e a CEPERJ nº 8571/2019, publicadas no DOERJ de 16 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 16 de maio de 2019.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2019

MARCIA CRISTIANE DE ANDRADE
Presidente

Id: 2184368

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/05/2019

DISEGNA ITALO HENRIQUE MARQUES SARTORI, Técnico de Laboratório IV, como Presidente, **ROGERIO SANTOS**, Engenheiro D, **DEBORA ARAUJO DIAS**, Analista de Qualidade D, como membros titulares e **LEONARDO MACHADO DE OLIVEIRA DA COSTA**, Engenheiro D, como membros suplentes. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a “**AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) RESERVATÓRIOS EM POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS PARA ARMAZENAMENTO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO**”, de que trata o Processo nº E-07/100.700/2018”. Ordem de Serviço P/FIS Nº 24.488-00/2019.

Id: 2184344

PROC. Nº E-12/078/2642/2014 - EVAURO JOSÉ TORRES RABELO - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.716-7 - **CONCEDO** 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 01/02/2014 a 30/01/2019.

Id: 2184196

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHO DO DIRETOR
DE 27/05/2019

PROC. Nº E-04/411482/88 - DARCI CARDOSO - Programador de Produção, Documentação e Desenvolvimento de Sistemas, matrícula nº 291.980-1 - **AUTORIZO** a contagem em dobro de 160 (cento e sessenta) dias de licença prêmio não gozadas, para fins de aposentadoria, de acordo com o disposto no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 2479/79, correspondente aos períodos de 17/05/85 a 15/05/90, publicado no D.O. de 11/07/90 e de 18/05/90 a 14/05/95, publicado no D.O. de 02/08/95, totalizando 630 (seiscentos e sessenta) dias de efetivo exercício.

Id: 2184144

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHO DO DIRETOR
DE 27/05/2019

PROC. Nº E- 04/446.311/1987 - CELSO EDUARDO SIMÕES DE ABREU - Administrador, matrícula nº 292.178-1 - **CONCEDO** 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 05/09/2013 a 03/09/2018.

Id: 2184071

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS
E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATOS DA PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8578 DE 22 DE MAIO DE 2019

DISEGNA GESTOR, FISCAIS E SUPLENTE PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 002/2017.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CEPERJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-12/218/383/2019, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e fiscalização das contratações da administração e altera o Decreto nº 42.301/2010, com vistas a melhor gerir e fiscalizar o Contrato nº 002/2017, celebrado com a Claro S.A., objeto do Processo Administrativo nº E-04/168/386/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor Marcos Ferreira, Chefe da Divisão de Apoio e Logística, Id. Funcional nº 3215568-9, como Gestor do Contrato nº 002/2017, acima mencionado com a atribuição ainda de elaborar e apresentar a devida prestação de contas, por intermédio de processo administrativo competente.

Art. 2º - Ficam designados os servidores Ana Paula Rodrigues Lima, Assistente I, Id. Funcional nº 4334284-1 e Angela de Souza Carvalho, Assistente I, Id. Funcional nº 3214922-0, como Fiscais e Flavio de Andrade Pinto, Coordenador Administrativo Operacional, Id. Funcional nº 5030269-8, como suplente, sendo responsáveis pelas atividades relacionadas ao acompanhamento da execução do instrumento relacionado ao abaixo.

Id: 2184345

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/05/2019

DISEGNA MARCOS LUIZ JOSÉ MARTINS, Técnico de Saneamento II, como Presidente, **WALLACE NEY CERQUEIRA DA SILVA**, Engenheiro C, **ROMILDO DE SOUZA MODESTO**, Agente de Saneamento G, como membros titulares e **DAVI FERREIRA DO MONTE**, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a “**AQUISIÇÃO DE TUBOS TELESCÓPICOS PARA 1ª E 2ª ADUTORA DE HENRIQUE DE NOVAES DN 1500MM (TRECHO: GUANDU-FORMIGA)**”, de que trata o Processo nº E-07/100.054/2019”. Ordem de Serviço P/FIS Nº 24.505-00/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/05/2019

PROCESSO Nº E-07/100.058/2017 - HOMOLOGO a licitação por Contratação Nacional CN 201/2018 (ASL-DP), realizada em 1ª sessão 15/01/2019, 2ª sessão 12/04/2019 e 3ª sessão 22/05/2019.

Id: 2184346

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRODESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 23/05/2019

PROCESSO Nº E-15/002/134/2019 - DIANA PAULA LIRA LLAMOCA ZÁRATE, Especialista - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor, Id. Funcional nº 50242474, **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, a contar de 01/06/2019, referente ao 1º quinquênio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2479/79, relativa ao período base de efetivo exercício apurado entre 06/02/2014 a 06/02/2019.

Id: 2184362

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação
DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2019
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ e o Município de São Fidélis.
OBJETO: União dos meios materiais e humanos dos CONVENIENTES na administração do trânsito no território do Município, inclusive quanto ao exercício do poder de polícia, em decorrência das atribuições delegadas pelos artigos 22 e 24 do CTB, competindo-lhes, em conjunto ou separadamente, a aplicação das penalidades de multas cabíveis estabelecidas nos referidos dispositivos legais.
PRAZO: 04 (quatro) anos, contado da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos através de Termos Aditivos.
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº E-16/039/15/2019

Id: 2189113

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2019.
PARTE: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a Empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A.
OBJETO: Contratação emergencial de prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 123.813,31 (cento e vinte três mil oitocentos e treze reais e trinta e um centavos).
NOTA DE EMPENHO: 2019NE01039.
DATA DE ASSINATURA: 07.06.2019.
FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO Nº: E-26/013/420/2018.

Id: 2189984

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, considerando a classificação final do concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos de nível médio, pertencentes à parte permanente do quadro de pessoal do DETRAN-RJ, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 18 de novembro de 2013 e retificada em 23 de dezembro de 2013:

RESOLVE:

1 - CONVOCAR, conforme decisão da 2ª Vara da Comarca de Valença, proferida na Ação Judicial nº 0000414.10.2014.8.19.0064, o candidato, a seguir mencionado, para o cargo de Assistente Técnico de Trânsito, do Quadro Permanente do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, da Vice-Governadoria do Estado, em vaga prevista no Edital 01/2013, para comparecer à Divisão de Registro e Controle, situada à Avenida Presidente Vargas, 817, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, munido da documentação relacionada no item 3, no dia 27 de junho de 2019, das 10:00h às 15:00h.

Assistente Técnico de Trânsito - Portador de Deficiência

Classificação	Inscrição	Nome
5	351755	GILSON ROGERIO PEREIRA

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR CHEFE DA ARF 17.01 - DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos responsáveis pela firma, abaixo citada, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta publicação, para cumprir a exigência em ação fiscal da Inscrição Estadual, que se encontra na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmor, nº 383 - 3º andar, Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Tomar ciência dos processos E-04/117/00030/2019, no Cartório da ARF 17.01 - Duque de Caxias.

RAF	521128-76
Razão Social:	VILLAR METAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
Inscrição Estadual nº	79976954
Endereço:	COMENDADOR TELES S/N LT 20 QD 216, VILAR DOS TELES, SÃO JOÃO DE MERITI - RJ

EDITAL

O AUDITOR CHEFE DA ARF 17.01 - DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos responsáveis pela firma, abaixo citada, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta publicação, para cumprir a exigência em ação fiscal da Inscrição Estadual, que se encontra na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmor, nº 383 - 3º andar, Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Tomar ciência dos processos E-04/016/00047/2018, no Cartório da ARF 17.01 - Duque de Caxias.

RAF	52254379
Razão Social:	PETROANDAIME DO BRASIL SERV. ESP. LTDA
Inscrição Estadual nº	79035556
Endereço:	RODOVIA RIO-MAGÉ, 1432 SL 202 DUQUE DE CAXIAS - RJ

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONSELHO PLENO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO

Na Sessão do Conselho Pleno a ser realizada no dia 26 de junho de 2019, às 14h30min serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOPROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL
39.898E-04/109531/2000	DARROW LABORATORIOS LTDA
60.221E-04/044253/2012	ITC LOGISTICA LTDA
63.216E-04/006/004031/2014	BSC SHOPPING CENTER S/A

2 - Na impossibilidade de comparecimento na data estabelecida o candidato deverá nomear representante por meio de procuração pública, para fins de entrega da documentação.

3 - O Candidato deverá apresentar a seguinte documentação:
- carteira de Identidade - (original e cópia);
- cartão de cadastro de pessoa física (CPF) do próprio - (original e cópia);
- comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se possuir (original e cópia);
- comprovante de residência expedido no máximo há 3 meses;
- título de Eleitor e último comprovante de votação/justificativa - (original e cópia);
- currículo Vitae;
- se do sexo masculino, certificado de reservista ou certificado de alistamento militar, constando dispensa - (original e cópia);
- se solteiro, certidão de nascimento - (original e cópia);
- Se casado, certidão de casamento - (original e cópia);
- 2 (duas) fotografias 3x4, de frente, iguais e coloridas;
- diploma de nível médio em instituição reconhecida pelo MEC - (original e cópia);
- comprovante de naturalização (para estrangeiros);
- declaração de bens e rendas ou, inexistindo, declaração negativa;
- certidão de nascimento dos filhos - 0 a 24 anos, termo de guarda e responsabilidade, no caso de menor sob guarda - (original e cópia);
- declaração de próprio punho, sob as penas da lei de não haver sido demitido, a bem do serviço público, em qualquer poder de esferas estaduais, municipais ou federal;
- declaração do candidato de que não acumula e nem acumulará, indevidamente, cargo ou função pública;
- horeograma completo + VHS;
- glicos;
- glicemia de jejum;
- uréia;
- creatinina;
- EAS - Urina;
- eletrocardiograma com laudo (para candidatos com mais de 40 anos de idade);
- acuidade visual;
- fundo de olho;
- tonometria;
- comprovante esquema vacinal antitetânica.

4 - Na data prevista no item 1 ou em data futura, o candidato receberá o encaminhamento para realizar o exame médico junto à Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2189023

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 09/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 13.303/2016.
PROCESSO: IO nº E-12/079/251/2019.
PARTE: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa ENFERMEDADES SERVIÇOS E SAÚDE LTDA ME.
OBJETO: Prestação de serviços técnicos de Medicina e Segurança do trabalho e Higiene Ocupacional, incluindo 2(dois) Técnicos na dependência sede da IOERJ, conforme especificado e quantificado no Termo de Referência.
VALOR: R\$ 475.901,76 (quatrocentos e setenta e cinco mil novecentos e um reais e setenta e seis centavos).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2151.22.122.0002.2016 - NATUREZA DA DESPESA: 00100.3104.082.
PRazo VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, na forma da Cláusula Segunda do contrato subordinante.
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2019.
*Omitido no D.O. de 20/05/2019.

Id: 2188678

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 089/2019 (DRI).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o escritório VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL.

PRazo: Até 01 de Julho de 2020.
VALOR: R\$ 672.815,00 (seiscentos e setenta e dois mil oitocentos e quinze reais).
DATA DE ASSINATURA: 13/06/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.281/2019 (Dispensa de Licitação nº 001/2019 - DJG).

Id: 2189005

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 076/2019 (DRI).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 9 (NOVE) RESERVATÓRIOS EM POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS PARA ARMAZENAMENTO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO.
PRazo: 60 (sessenta) dias.
VALOR: R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 11/06/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.700/2018 (Pregão Eletrônico nº 609/2019).

Id: 2188676

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

Ref. Contrato CEDAE nº 035/2015 (DP.)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Escritório NELSON WILLIAMS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor-Presidente rescindir unilateralmente o Contrato CEDAE nº 035/2015 (DP), com fulcro em sua Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Sexto, bem como a aplicação de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que foram apurados, com fulcro na Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Sétimo, a partir da data desta publicação, o prazo de 5 (cinco) dias úteis (previsto no art. 109, inciso I, § 1º da Lei nº 8.666/93) para a apresentação de recurso contra a decisão de fls. 8947 do Processo nº E-17100.129/2014.

Id: 2188990

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 004/2019
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a Empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Gestão de abastecimento, com utilização de solução tecnológica, e fornecimento de combustíveis através de postos credenciados para atender as necessidades dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual do Rio de Janeiro.
PRazo: 30(trinta) meses, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência.
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2019
VALOR: R\$ 4.768.201,61 (quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil duzentos e um reais e sessenta e um centavo).
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.
PROCESSO Nº: SEI-15/001/006393/2019

Id: 2189106

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado entre o COMPROMITENTE: Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON/RJ e o COMPROMISSÁRIO: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., CNPJ nº 33.337.122/0001-27. OBJETO: Estabelecer o cumprimento de medida compensatória em função do cometimento de infração administrativa perante a Lei Federal nº 8.078/90. **PROCESSO nº:** E-15/002/165/2019

Id: 2189075